



A Ásia no sistema internacional e a China como pivô

Paulo Fagundes Visentini¹ • Maio de 2014

Resumo:

O crescimento da China não é um fenômeno que afeta somente a própria Ásia, nem um processo de aspectos contemporâneos de fluidos. É algo enraizado na História de longo alcance. A China não é "emergente", mas "re-emergente", e suas ações internacionais não são fáceis de explicar tendo como base apenas em teorias ocidentais de IR, mas também nas relações históricas entre os países asiáticos. Atualmente, o desenvolvimento da China está chegando a uma nova fase, através de um player global, se não for uma potência global.

Palavras-chave: *Crescimento Chinês, Ásia e Relações Internacionais, China e Ásia*

Abstract:

The China's raising is not a phenomenon that only affects Asia itself; nor a process of fluid contemporary aspects. It's something rooted in the long range History. China is not "emerging", but "re-emerging", and its international actions are not easy to explain focused only on Western Theories of IR, but also in the historical relations among Asian countries. Presently, China's development is reaching a new phase, means of a global player, if not a global power.

Key words: *China's rising, Asia and International Relations, China and Asia*

¹ Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS). Pós-doutorado em Relações Internacionais pela London School of Economics (1997), Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1993), Mestre em Ciência Política pela UFRGS (1983), Bacharel e Licenciado em História pela UFRGS (1980).

As grandes nações têm buscado estreitar suas relações com a Ásia, e com a China em particular, num misto de interesse e apreensão. A etapa de “invadir” o mercado sino-asiático deu lugar ao temor frente ao “perigo amarelo” comercial, com a “invasão” dos mercados ocidentais pelos produtos orientais (geralmente fabricados por corporações transnacionais Ocidentais), e com a percepção de pânico frente à idéia de que a China deverá se tornar a primeira potência econômica em breve. Já a Índia, que também conhece notável desenvolvimento, ainda é pouco conhecida na sociedade brasileira. O Dragão Chinês e o Elefante Indiano obscureceram os Tigres Asiáticos e o Japão, e prosseguem em seu crescimento econômico.

As empresas e os governos passam, aos poucos, a se dar conta de que desconhecem as sutilezas das estruturas e procedimentos do modelo de desenvolvimento e da diplomacia asiáticas, que era analisada através de modelos elaborados no Ocidente, os quais desconheciam a história da Ásia e as percepções que os asiáticos têm das nações ocidentais e das relações internacionais. Há outra visão do mundo que precisa ser desvendada e se faz necessário compreender os interesses em jogo e a disputa de poder subjacente. Isto também é válido para o Brasil, que, inicialmente, viu a China como uma oportunidade de negócios, depois como Parceiro Estratégico na ascensão global, e agora como um desafio que

pode nos levar a buscar outras alianças ou reviver antigas, com conseqüências incertas.

A Ásia oriental e meridional, do Japão ao Paquistão, abriga mais da metade da população mundial e várias das mais sólidas e antigas civilizações. Durante cinco séculos os impérios continentais da região foram eclipsados pelos impérios marítimos do Ocidente (ADSHEAD, 2000). Mas no século XX iniciaram um processo de transformações múltiplas, que está impulsionando seu desenvolvimento econômico-social e alterando não apenas sua posição dentro do sistema mundial, mas a própria estrutura e essência deste.

História e cultura

Durante os últimos cem anos a Ásia foi marcada por grandes acontecimentos internacionais como a emergência do Japão como potência em 1905, a Guerra do Pacífico, Revolução Chinesa e as Guerras da Coréia, da Indochina e do subcontinente indiano. Importantes alterações estratégicas, de alcance regional e mundial também ocorreram, como a cisão sino-soviética e a aliança sino-americana, em meio à constituição de potências nucleares. Um amplo e diversificado processo de modernização econômica e política provocou a ascensão de potências regionais e mundiais, no quadro de recuperação das nações asiáticas e da afirmação de princípios de soberania, característicos do sistema westfaliano.

A Ásia Oriental e, em menor medida, meridional, têm constituído a região de maior dinamismo econômico no mundo há quatro décadas (Japão, Tigres, China e Índia), o que tem produzido uma nova configuração das relações de poder regionais e globais, com a ascendência de novos pólos de poder. Contudo, a importância deste fenómeno não tem sido apreendida em toda sua dimensão e complexidade. Esta região e seu processo de inserção internacional são comumente analisados a partir de premissas inadequadas.

A Ásia não constitui um “bloco”, e o Japão foi deixando de seu centro dinamizador, pois os fenómenos atualmente em curso na Ásia, embora se encontrem articulados ao conjunto das transformações globais, apresentam formas peculiares. Gradualmente a China foi emergindo como pólo articulador da região, com base na economia e no resgate de seu papel histórico e a Ásia concentra vários núcleos de poder, que constituem as bases para um sistema mundial multipolar. Mais ainda, pode-se especular sobre a gradual formação de um amplo espaço eurasiático.

Na Ásia oriental e meridional há quatro Estados de grande porte em termos de extensão territorial, população e/ou dimensão do PIB: a China, a Índia, o Japão e a Indonésia, além de outros de dimensão média. Todavia, eles podem ser agrupados em duas matrizes civilizacionais, a chinesa (confuciana) e a indiana. O Japão pertence a primeira e a Indonésia é uma nação

muçulmana (a maior do mundo em seguidores desta religião), malaia e, por seu passado budista, guarda vestígios societários da matriz indiana.

A civilização chinesa possui mais de quatro milênios de história com notável continuidade, com um Estado centralizado, de marcante continuidade histórica. Desde suas origens remotas o Estado chinês foi caracterizado pela ênfase na centralização político-administrativa, na homogeneidade e na continuidade. Em grande parte isto se deve à filosofia confuciana, um conjunto de normas de comportamento social. Cabe ressaltar que na China, e no conjunto da Ásia, a noção de indivíduo encontra-se amplamente subordinada à noção de coletivo.

Já a civilização indiana era bem diferente. Enquanto os chineses eram etnicamente homogêneos (han), a Índia se caracteriza pela diversidade étnica, cultural e religiosa, decorrente de inúmeras invasões. A cada nova conquista/migração se estabelecia uma nova casta ou religião, que se sobrepunha às já existentes, criando hierarquias e complexas divisões de trabalho e papéis sociais. Desta forma, a Índia se caracterizou pelos particularismos e pela diversidade. Tudo isso contribuía para que as forças de mudança fossem enfraquecidas. Os Impérios e Reinos Hindus, ao longo da história, não possuíam um centro geográfico e étnico único. Ao contrário da civilização chinesa, a indiana foi berço de diversas religiões, algumas se expandindo por amplas regiões, como foi o caso

do budismo, que acabou se tornando uma religião predominantemente não indiana. Já o sudeste asiático recebeu tanto a influência chinesa (Vietnã) como indiana (Mianmar, Tailândia e Camboja), e mais tarde muçulmana (Indonésia e Malásia).

Guerras e Revoluções

Desde o final da Primeira Guerra Mundial, com o triunfo da Revolução Soviética, o início da Revolução Chinesa e o enfraquecimento das potências coloniais, reforçados pela ambição do Japão se tornar a potência naval do Oceano Pacífico, um novo cenário estratégico emergiu. Com a Grande Depressão o Império Japonês iniciou seu avanço sobre a China e, posteriormente, se voltou para as colônias européias do sudeste asiático (ricas em recursos naturais), o que conduziu ao conflito com os Estados Unidos. A Grande Guerra do Pacífico foi concluída com a derrota total do Japão, com a utilização de uma arma de destruição massiva, a Bomba Atômica.

Era necessário para Washington evitar o renascimento do poder japonês, bem como controlar a emergência da URSS na Ásia oriental e dos movimentos de libertação nacional que se formaram na luta contra a invasão japonesa. Assim, a China do Kuomintang foi elevada, artificialmente, ao status de grande potência pelos EUA, ocupando um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Mas tal estratégia estava fora da realidade e durou pouco:

os comunistas venceram a guerra civil na China, ocorreu a Guerra da Coreia e, na sequência, os americanos se envolveram na do Vietnã. Para tanto, necessitaram do Japão, resgatado de seu papel de paria.

Assim, um novo cenário emergiu na região asiática. Durante a Guerra Fria, do ponto de vista geopolítico o continente esteve dividido e o Japão foi o centro do desenvolvimento econômico, em aliança subordinada com os Estados Unidos. A Guerra da Coreia terminou com um “empate” e a do Vietnã com a derrota americana. A República Popular da China, inicialmente se apoiando na URSS, foi praticamente excluída diplomaticamente e economicamente, e experimentou vários modelos de desenvolvimento. Tais iniciativas, bem como a acomodação buscada por Moscou com Washington na sequência da desestalinização, produziram a cisão sino-soviética nos anos 1960. A Revolução Cultural e o bloqueio internacional tiveram graves consequências para a China.

Mas nos anos 1970, no contexto da derrota que se avizinhava para os EUA no sudeste asiático, houve espaço para uma aliança sino-americana, a qual permitiu a Beijing ocupar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU (KISSINGER, 2011). Paralelamente, o “Milagre Japonês” teve como sequência o desenvolvimento dos Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura). Na década seguinte a China lançou sua modernização e

desenvolvimento e, no início dos anos 1990 a URSS desapareceu e a Guerra Fria foi encerrada. E a partir da experiência histórica do anti-colonialismo, do nacionalismo, do socialismo e do desenvolvimento econômico, bem como da visão diplomática que engendraram que as relações internacionais da Ásia devem ser analisadas.

Coexistência Pacífica

A diplomacia asiática contemporânea tem como um dos seus mais sólidos postulados, aceitos praticamente pela totalidade dos Estados da região, os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica. Eles foram enunciados há pouco mais de meio século por Chu En-lai, o fundador da diplomacia da República Popular da China, durante viagem à Ásia meridional, que representavam uma espécie de padrão para as relações internacionais. Os cinco princípios são: 1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional, 2) não agressão, 3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro, 4) igualdade e benefícios recíprocos e 5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Este padrão de conduta internacional foi, desde então, o norteador da diplomacia chinesa, do Movimento Neutralista e foi adotado pelo Movimento dos Países Não-Alinhados (fundado em 1961).

Os princípios, formulados na esteira das negociações de Genebra para encerrar a primeira Guerra do Vietnã (contra a França) em 1954,

foram ratificados pelos chamados países neutralistas (Índia, Birmânia, Indonésia, entre outros) na Conferência Afro-asiática de Bandung, realizada na Indonésia em 1955. Tratava-se de uma agenda para o posicionamento internacional dos países do Terceiro Mundo (nações em desenvolvimento da África, Ásia, América Latina e Oceania), em favor da descolonização, do desenvolvimento econômico e do repúdio aos blocos militares da Guerra Fria. O indiano Nehru, o birmanês U Nu, o indonésio Sukarno, o egípcio Nasser, o iugoslavo Tito, o ganês N'Krumah e o chinês Chu En-lai foram os principais ativistas do Movimento dos Não-Alinhados e difusores destes princípios.

Com o avanço do processo de descolonização, uma centena de países do Terceiro Mundo ingressou na ONU nas duas décadas seguintes, o que alterou a correlação de forças dentro da Assembléia Geral da organização. Aliás, os princípios eram, em boa medida, inspirados na Carta das Nações Unidas. Os cinco princípios contribuíram, igualmente, para deslegitimar a política das superpotências e dos blocos militares e de poder, influenciando na adoção da agenda da Nova Ordem Econômica Internacional, formulada pelos Não-Alinhados e adotada pela ONU nos anos 1970.

Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, além de constituírem uma estratégia inteligente para a política externa dos grandes países em desenvolvimento da periferia do sistema

mundial, representam a afirmação planetária da concepção westfaliana das relações internacionais. De fato, se observarmos com cuidado, cada um dos itens retoma, de forma atualizada, os princípios da Paz de Westfália de 1648, que consagraram o Estado como principal ator da política internacional. Assim hoje, quando os regimes internacionais supranacionais e a nova hegemonia norte-americana buscam reafirmar uma política de poder, ainda que dentro de outros parâmetros, os Cinco Princípios mostram sua atualidade como instrumento de ação dos países em desenvolvimento (IKENBERRY, & MASTANDUNO, 2003).

Mais do que isto, eles representam uma estratégia para a afirmação de um sistema mundial multipolar. Daí o destaque que a diplomacia chinesa deu às comemorações do cinquentenário dos mesmos, afirmando que a globalização deve coexistir com o legado da história, que produziu uma diversidade de países e pluralidade de culturas. Sem dúvida, uma visão que contrasta com o Choque de Civilizações, visão que legitima as políticas de força nas relações internacionais. Finalmente, os Cinco Princípios são rerepresentados como um código de conduta que favorece a todos e prega, como se auto-denomina, a Coexistência Pacífica.

Da História à Política

O colapso do regime e do Estado soviéticos em 1991 teve enorme impacto geopolítico

na Eurasia. Enquanto os “muros asiáticos” ruíam e a região restabelecia fluxos interrompidos ou ha muito debilitados, a China despontava com um crescimento irreversível e uma posição internacional ascendente e o Japão entrava num longo processo de estagnação. Na seqüência, a Índia também iniciava um ciclo de crescimento econômico, internacionalização e integração regional (a SAARC), além de reconhecimento de seu status de potência nuclear.

Já o sudeste asiático, através da ASEAN, lograva um bem sucedido processo de integração e desenvolvimento que reúne repúblicas e monarquias, democracias e regimes militares, modelos capitalistas e socialistas e Estados industrializados e menos desenvolvidos, grandes e minúsculos. No nordeste asiático, apesar das tensões calculadas e teatrais na península coreana e da estagnação do Japão, a reconstrução do espaço geopolítico prossegue. Aliás, inclusive no conjunto do continente, através da Organização de Cooperação de Xangai.

Os postulados westfalianos de soberania são matizados pelos conceitos asiáticos de hierarquia e estabilidade, numa visão sistêmico-diplomática de longo prazo. O capitalismo global impulsionado pela economia socialista de mercado chinesa conquista mercados além-mar e adquire empresas e dívidas dos países Ocidentais. Mais ainda, na frenética busca por fontes de energia e matérias primas, os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica estabelecem novos eixos de

Cooperação Sul-Sul, como os da China e Índia com a África, alterando o equilíbrio mundial e conferindo substância a um sistema mundial multipolar em formação.

Para completar, com a crise da zona Euro e do dólar, os Estados Unidos buscam uma parceria com a China, conhecida como G-2, num dinamismo acelerado que faz com que obras respeitáveis envelheçam em poucos meses. Mas o dinamismo da fase contemporânea faz com que tais arranjos durem muito pouco. Atualmente, o que se observa, é uma estratégia de concencao da China pela Europa e, principalmente, pelos Estados Unidos, utilizando-se de recursos diplomáticos, militares e financeiros. Um dos pontos cruciais, que explorar-se-a como estudo de caso, são as relações com os países em desenvolvimento, particularmente no contexto da crise atual.

A China, o Sul e a crise

A realização das Olimpíadas em 2008 mostrou ao mundo a face moderna e orgulhosa da Novíssima China, que se popularizou, impregnando o imaginário coletivo, apesar de questões aterrorizantes sistematicamente veiculadas pelos meios de comunicação. O sistema político alcançou estabilidade e grande capacidade de renovação, enquanto as dimensões sociais e ambientais se tornaram objetivos prioritários do governo. Mas mais interessante, foi a rápida e silenciosa passagem da China da condição de simples receptora de investimentos a investidora

no exterior. Enquanto sua projeção para a Ásia Central se tornou mais complicada pela Guerra ao terrorismo comandada por Washington, Beijing simplesmente aprofundou com intensidade a internacionalização de sua economia para a África e América Latina.

Nessa última, a cautela é visível, uma vez que se trata de uma região de influência norte-americana. Mas as oportunidades econômicas, que estão, em tese, abertas a todos, são exploradas com competência pelos chineses. No mesmo sentido, os regimes progressistas surgidos na região tiraram proveito diplomático da situação, ganhando maior autoconfiança. Mas é na África que as empresas internacionalizadas da China tem feito maior avanço, deslocando rapidamente os interesses europeus e configurando uma nova situação política e econômica no continente negro. Em apenas uma década a realidade africana sofreu uma reviravolta de 180 graus, fazendo o continente se tornarem um importante protagonista das relações internacionais. Outras regiões em desenvolvimento também foram rapidamente integradas à internacionalização da economia chinesa, além de ter aumentado drasticamente a aquisição de companhias nos países desenvolvidos.

Em 2008 eclodiu a crise “financeira” que abalou profundamente os países da OCDE, mas poupou os BRIC e boa parte do mundo em desenvolvimento, a ponto da Secretária Clinton ter solicitado ajuda chinesa para sustentar o dólar

e retomar o crescimento. Segundo ela, a agenda dos Direitos Humanos não deveria ser a prioridade nessa relação “entre parceiros”, o que sugeria, conforme alguns analistas, a formação de uma espécie de G-2. Certamente essa situação será explorada pelos chineses, mas numa perspectiva conjuntural, pois as mudanças em curso somente se tornariam irreversíveis com o advento de uma ordem mundial multipolar, gerida multilateralmente por uma ONU reformada.

É necessário salientar, como lembrou Robert Brenner, que a crise atual já se encontrava inscrita na década de 1970. Como resposta a essa, o capitalismo Ocidental engendrou um novo modelo de acumulação, o qual se realiza não mais por crescimento (agregação de riqueza nova), mas por expropriação/apropriação dos bens coletivos (públicos). Neste sentido, a financeirização é apenas uma forma desse processo, e não sua essência ou um fim em si mesmo. E ao longo dos anos 1980, essa versão enfraquecida e não agregadora do capitalismo teve de buscar integrar um novo espaço que se abriu com a entrada da China e do ex-campo soviético na economia mundial. Essa aumentou em um terço em termos de PIB, recursos naturais e mercado consumidor.

As tentativas de associar de forma subordinada esses novos espaços acabou fracassando, sob acusação de “capitalismo mafioso” ou “capitalismo socializante ou estatista”. Mais ainda, parece que em outros países anteriormente inte-

grados ao Consenso de Washington está ocorrendo uma reversão. Assim, essa economia mista tem se mostrado mais dinâmica que a versão neoliberal do capitalismo, gerando o que foi denominado de Consenso de Beijing. Naturalmente, a China tem problemas domésticos, por ter copiado muitos elementos negativos do Ocidente, como a indústria automobilística, além do processo de desenvolvimento fomentar uma elite empresarial individualista, que pode vir a criar problemas políticos. Manter a unidade do país também exigirá esforço e criatividade.

A questão central, todavia, se encontra no plano internacional, que é evitar a Síndrome alemã. Como acomodar o crescente desenvolvimento econômico e sua correspondente expansão de poder político e militar na atual (des)ordem mundial, sem gerar uma frente anti-chinesa e, no limite, uma guerra? Daí a sutileza e complexidade das relações com os Estados Unidos e a insistência em fomentar o surgimento de pólos de poder autônomos (América do Sul, África, Índico) e compartilhar o desenvolvimento com os vizinhos e essas regiões. A velocidade das transformações tem exigido constantes reajustes estratégicos, mas até agora a China tem conseguido realizá-los.

A expansão da cidadania não apenas pela ampliação das liberdades, mas, especialmente, pela ampliação do consumo material está gerando um novo paradigma internacionalizado. Esse processo multiplica atores e, portanto, tensões,

sendo necessário criar novos mecanismos políticos de agregação. Por fim, a incorporação de bilhões de pessoas, que até agora apenas sobreviviam, gera discussões globais sobre recursos naturais e meio ambiente. A novidade é que os poderosos países da OCDE já não se encontram mais em posição de impor soluções unilaterais em benefício próprio.

Referências

- ADSHEAD, S.A.M. *China in world History*. London: Macmillan/Palgrave, 2000.
- ALDEN, Chris, LARGE, Daniel, and OLIVEIRA, Ricardo de (Eds). *China returns to Africa. A rising power and a continent embrace*. London: Hurst & Company, 2008.
- AUSTIN, Greg, and HARRIS, Stuart. *Japan and Greater China. Political economy and military power in the Asian Century*. London: Hurst & Company, 2001.
- BOQUÉRAT, Gilles, and GRARE, Frédéric (Eds). *India, China, Russia. Intricacies of an Asian Triangle*. New Delhi: India Research Press, 2004.
- BOUISSOU, Jean-Manle, FAURE, Guy, et LAIDI, Zaki. *L'expansion de la puissance japonaise*. Bruxelles: Complexe, 1992.
- CLEGG, Jenny. *China's global strategy. Towards a multi-polar world*. London: Pluto Press, 2009.
- COHEN, Stephen. *India, emerging power*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CUMINGS, Bruce. *North Korea*. New York/ London: New Press, 2004.
- DEEPAK, B.R. *India & China, 1904-2004. A Century of Peace and Conflict*. New Delhi: Manak Publications, 2005.
- DITTMER, Lowell, and YU, George T. (ed.). *China, the developing world, and the new global dynamic*. Boulder/ London: Lynnr Rienner Publishers, 2010.
- DOMENACH, Jean-Luc, et GODEMENT, François (dir.). *Communismes d'Asie: mort ou métamorphose?* Bruxelles : Complexe, 1994.
- HARRISON, Selig S. *Korean endgame. A strategy for reunification and U. S. Disengagement*. Princeton: Princeton University Press. 2002.
- IKENBERRY, G. John, and MASTANDUNO, Michael. (Eds). *International Relations Theory and the SIA-Pacific*. New York: Columbia University Press, 2003.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações - e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Record, 2011..
- LI, Ming. *The rise of China and the demise of the capitalist world economy*. New York: Monthly Review Press, 2008.
- MACKERRAS, Colin, TANEJA, Pradeep & YOUNG, Graham. *China since 1978: reform, modernisation and "Socialism with Chinese Characteristics"*. Sydney: Longman, 1997.
- MEDEIROS, Carlos. *China: entre os séculos XX e XXI*. FIORI, José Luís (Org.) *Estados e Moedas o desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 279-411.
- MONETA, Carlos J. (Comp.). *Vietnam, Doi Moi (Renovación) Del socialismo al mercado?*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1995.
- PINTO, Paulo A. P. *A China e o sudeste asiático*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2000.
- _____. *Taiwan: um futuro formoso para a ilha?* Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS, 2005.
- PROCÓPIO, Argemiro (Org). *O século da China*. Curitiba: Juruá, 2010.
- ROSS, Robert (Ed.). *China, the United States and the Soviet Union. Tripolarity and policy making in the Cold War*. Armonk/N.Y: M.E. Sharpe, 1993.
- SISODIA, N. S., and BHASKAR, C. Uday (Eds.). *Emerging India. Security and Foreign Policy Perspectives*. New Delhi/ Chicago: Institute for Defense Studies and Analyses/ Promilla & Co, and Bibliophile South Asia, 2005.
- SEGAL, Gerald (Ed.). *The Soviet Union in East Asia: predicaments of power*. London/ Boulder: Heinemann/ Westview, 1983.
- TOGO, Kazuhiko. *Japan's foreign policy 1945-2003*. Leiden/ Boston: Brill, 2005.
- WENQUAN, Yin. *Desarrollo de China dentro de la Globalización*. Beijing: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 2007.
- WILD, Leni, & MEDHAM, David (ED.). *The new sinosphere*. London: Institute for Public Policy Research, 2006.

Recebido em: 11 de dezembro.

Aceito em: 20 de fevereiro.